
REVISTA CERES

DIRETORES

Prof. Edson Potsch Magalhães
Prof. Arlindo P. Gonçalves
Prof. Joaquim Matoso
Prof. Jurema Soares Aroeira
Prof. J. M. Pompeu Memória

Janeiro a Junho de 1957

VOL. X

N. 56

VIÇOSA — MINAS

Caixa Postal, 4—UREMG—E. F. Leopoldina

PROGRAMA DE EXTENSÃO

JOSÉ PAULO RIBEIRO (*)

A. FILOSOFIA

Extensão nada mais é que educação. O objetivo fundamental de qualquer organização educacional é ensinar às pessoas *como pensar* e não o *que pensar*. Assim sendo, a função da Extensão é ensinar às famílias rurais a descobrir e determinar suas próprias necessidades, a fim de que possam encontrar a solução de seus próprios problemas, ajudando-as a adquirir conhecimentos e a agir no sentido de fazer uso adequado desses conhecimentos.

O objetivo de um programa de Extensão deverá ser encontrado no aumento de habilidades, conhecimentos e compreensão do povo. Dêste modo, é necessário pensar muito mais nos objetivos que dizem respeito ao desenvolvimento da compreensão, como analisar fatos, tornar-se capaz de enfrentar problemas, do que conseguir que o povo adote esta ou aquela prática. A finalidade não é propriamente a de adotar a prática. É' mais a de aprender como atacar o problema e conseguir a solução certa que, em muitos casos, será esta prática. Um programa de Extensão deve ser encarado como um processo educacional a longo prazo, havendo necessidade de paciência, visão e bom senso, a fim de alcançar seu verdadeiro propósito.

(*) Engenheiro Agrônomo-da A. C. A. R.

B. DEFINIÇÕES

Como todos sabemos, sempre que alguma coisa é nova, como o caso de Extensão Rural no Brasil, há sempre a possibilidade de interpretação errônea, quanto ao significado de certos termos.

Visando evitar confusões e permitir uniformização de expressões, torna-se necessário que definamos algumas das palavras ou expressões a serem usadas. Assim sendo, vejamos:

I. *Programa de Extensão* — é o resultado do entendimento mútuo entre o povo local e os Supervisores, relatando:

1. a situação em que o povo se encontra;
2. os problemas que são parte desta situação local;
3. os objetivos do povo rural em relação a esses problemas;
4. as recomendações para atingir esses objetivos.

II. *Objetivo* — é o fim a ser atingido ou o alvo para o qual são dirigidos os esforços.

III. *Problema* — é toda causa que impede a realização dos objetivos do povo rural.

IV. *Projeto* — é um roteiro de atividades arranjadas de maneira a permitir a total solução de um problema.

V. *Plano de Trabalho* — é uma relação de passos a serem dados a fim de possibilitar a execução do programa.

VI. *Calendário de Trabalho* — é um plano de trabalho arranjado cronologicamente; pode ser anual, mensal e semanal.

VII. *Comunidade* — é um grupo de população rural mais ou menos bem delinido geograficamente, com problemas e interesses comuns.

VIII. *Cooperador* — é um agricultor ou mulher de agricultor ou toda família rural que concorde em adotar e executar certas práticas por recomendação dos Supervisores.

IX. *Líder de Projeto* — é uma pessoa que, por especial interesse ou aptidão, ajuda o Supervisor na execução de um projeto.

C. OBJETIVOS

Os diversos problemas e situações, que formam o complexo da vida rural, são estreitamente interdependentes. A

solução de um desses problemas pode afetar outros e, muitas vezes, a solução de um só deles depende da solução anterior de outros. Daí, a real necessidade de compreender que o complexo da vida rural é um todo orgânico e não uma série de problemas paralelos e independentes. Assim sendo, para atingir o objetivo fundamental da Extensão, que é o de ajudar o povo rural a alcançar um nível de vida satisfatório, tanto econômico como cultural e social, devemos ajudá-lo a solucionar os diversos problemas que compõem o complexo e que impedem a realização de seus objetivos.

Por outro lado, todo movimento público, tal como Extensão, deve ter propósitos claros e bem compreendidos pelo povo em geral, porque desta compreensão dependem a quantidade e continuidade de esforços desse mesmo povo e, conseqüentemente, dos governos, em levar avante os programas.

Em vista do exposto, é evidente que não se poderá levar avante um trabalho eficiente em Extensão sem antes planificá-lo, pois, um programa de Extensão serve para:

I. Analisar cuidadosamente *o que vai* ser feito e *porque vai* ser feito;

II. Fornecer um guia para execução do trabalho, evitando dispersão de esforços, e que permita economia de tempo e de gastos, resultando disto maior eficiência de trabalho;

III. Fornecer meios de escolha e preferência entre problemas primordiais e secundários, permanentes e temporários, estabelecendo uma escala para sua solução;

IV. Estabelecer objetivos em relação aos quais os progressos podem ser medidos e o trabalho analisado, para distinguir as mudanças permanentes das temporárias e fazer as modificações que se tornarem necessárias, para maior sucesso do trabalho;

V. Diferenciar meios de fins e solucionar problemas sentidos e não-sentidos;

VI. Ter em forma escrita um relato para explicação ao povo da razão da existência do trabalho, e justificar os gastos havidos;

VII. Assegurar continuidade de trabalho em caso de pessoal. Como Extensão é antes de mais nada um trabalho de cooperação entre Supervisores e o povo rural, as suas finalidades devem ser claramente entendidas por todos e, a base desse entendimento é o Programa de Extensão.

D. HISTÓRICO

Históricamente, a elaboração de programas de Extensão passou por três períodos, no Extension Service dos Estados Unidos. F. B. Morris, citado por Kelsey e Hearne, assim os descreve:

"No princípio, os programas eram determinados e os lavradores recebiam o que era oferecido pelos extensionistas. Os problemas eram fáceis de determinar, por isto os programas se faziam rapidamente. As soluções eram fáceis de ser aplicadas. A "demonstração de métodos" era o método mais usado para ensinar. Milhares de fazendeiros e suas famílias aprenderam novas práticas dessa maneira.

Depois, em período mais adiantado, os problemas sugeridos pelos agricultores passaram a ser a base da elaboração do programa. Os projetos eram selecionados pelo povo de uma comunidade. Os programas das comunidades eram coordenados pelos extensionistas e pelo comitê de Extensão do condado. Esse período deu, pela primeira vez, oportunidade a milhares de lavradores e suas famílias para se reunirem em escolas, etc., a fim de discutir, estudar e planejar coletivamente como solucionar seus problemas.

Passados alguns anos, percebeu-se que essa fase não era ainda a ideal porque os programas do condado eram uma longa lista de projetos, em número muito maior que a capacidade de trabalho dos extensionistas permitia atender e muitos dos problemas não eram de grande importância. Veio, em seguida, o 3º período, que parece ser o mais maduro, no qual o programa é o resultado das idéias dos extensionistas com os desejos e necessidades das famílias rurais. Assim, são expostos os fatores que limitam as rendas das famílias, sejam eles técnicos, econômicos, sociais, ou biológicos, e suas soluções estudadas e apresentadas aos lavradores que as executam".

E. PRINCÍPIOS BÁSICOS

Um bom programa de Extensão, que é a base de um trabalho eficiente, deve obedecer aos seguintes princípios:

I. Basear-se no conhecimento da realidade rural.

Julgava-se antigamente que, para o desenvolvimento da agricultura, era suficiente o fato de se levar ao conhecimento do agricultor os resultados técnicos obtidos nas Es-

tações Experimentais. Tal coisa não é verdadeira nem aqui no Brasil, nem em outros países. Os problemas inerentes ao complexo que chamamos realidade rural, não são unicamente técnico-econômicos. Eles se entrelaçam com os outros problemas e situações, sejam eles culturais, econômicos, sociais, religiosos, numa inter-dependência muito estreita. Por isto, é muito importante conhecer todos os fatos, situações e problemas que determinam o modo de vida e de trabalho do meio rural, e que compõem o todo. É necessário saber e analisar os fatos concernentes ao solo, às explorações econômicas, aos lares, às comunicações, etc. Esses fatores devem ser visualizados em função de um programa a longo prazo e a curto prazo, para se formar uma política de Extensão, estabelecendo-se uma escala de problemas a serem solucionados, conforme a necessidade, a urgência e os reflexos de sua solução na vida rural. Também, baseando-se na realidade rural, o programa pode começar onde se acha o povo, e estará ao seu alcance, tanto cultural como economicamente. O Supervisor deve descer ao nível em que se acha o povo para ajudá-lo a subir, com ele, e não pretender que o povo inicie onde ele se acha, pois isto está fora do alcance da maioria da população, ocasionando desinteresse e desânimo quanto ao programa.

II. Selecionar problemas de acordo com a necessidade do povo rural.

Os problemas são muitos e variados, sendo impossível atacar todos de uma só vez. É necessário atacar os mais urgentes e que afetam maior número de pessoas de maneira mais acentuada. Também, para se obter resultados, o programa tem que começar com problemas que estão interessando às famílias rurais, porque estão sendo por elas sentidos. Mas, não deve ignorar outros problemas também graves e urgentes, que não estão sendo sentidos. É muito útil também, principalmente no início, atacar problemas passíveis de solução rápida e concreta, cujos resultados sejam fáceis de apurar e mostrar, para adquirir confiança e interesse das famílias de agricultores. Não se deve cair na tentação de copiar trabalhos executados com sucesso em outras áreas, porque as condições podem ser diferentes e também diferentes os interesses das famílias rurais.

III. Seus objetivos devem ser alcançáveis e as soluções precisam satisfazer às famílias rurais.

Os objetivos do programa têm de ser bem definidos e estar de acordo com os meios de que dispõem povo e governo, mesmo que sejam modestos. Objetivos grandiosos

(demagógicos), fora do alcance do povo rural, podem, pela sua inxequibillidade, trazer consequências desastrosas para o trabalho e até mesmo liquidá-lo, ao passo que objetivos modestos, mas alcançáveis, tornam possível o progresso do povo e a confiança no programa, que se torna mais sólido, à medida que esses objetivos vão sendo atingidos.

As soluções sendo tècnicamente possíveis, econômicamente justificáveis e socialmente desejáveis, trarão contentamento ao povo rural, que deve ver a maneira pela qual elas contribuem para o melhoramento de sua vida.

Esse contentamento será motivação para trabalho intenso. Frequentemente, a simplicidade ou o efeito visível de uma prática recomendada é o maior fator para sua divulgação rápida. E' o caso do Brometo de Metila, no combate à formiga saúva.

Pode acontecer que um problema importante, como o da verminose, cuja relação causa — efeito não seja bem compreendida pelas famílias rurais, tenha solução mais complicada. Neste caso, a solução — fossa seca — embora barata e simples, exige trabalho de alguns anos para mostrar resultados, assim mesmo limitados. O mesmo se pode dizer da Contabilidade Rural ou da mecanização motorizada, que estão fora do alcance cultural e econômico da maioria das famílias rurais.

IV. Deve ser permanente e flexível.

A tarefa de educação de adultos é lenta em si. Os problemas são muitos e variados. Alguns são de solução rápida e outros de solução lenta. A solução de uns pode depender da solução de outros. Isto exige escalonamento, fixação de etapas. A difusão das soluções, também, pode ser lenta. O solo é melhorado somente após anos de persistente trabalho. A saúde é melhorada somente após a resolução de problemas de alimentação, moradia, vestuário, adoção de hábitos higiênicos, etc. Tudo indica que a permanência do programa é necessária para alcançar o objetivo final. Por isto, o programa deve ser permanente, mas não deve ser inflexível, pois êle deve adaptar-se às condições da vida moderna que mudam às vèzes rapidamente. Também êle deve adaptar-se às emergências. Acontecimentos não usuais podem forçar modificação parcial do programa, mas nunca modificação total.

V. Deve ser bem balanceado.

Os problemas, que constituem o complexo da vida rural, são de diversas categorias: sociais, econômicas, agrícolas,

etc. Um bom programa deve cuidar igualmente de tôdas as categorias de problemas.

Huxley (citado por Timmer) diz: — “Qualquer pessoa que afirme ser determinado fato a causa do fenômeno social está sujeita a erro; isso poderá, quando muito, ser uma causa. “A realidade rural não é, pois, mais que uma inter-ação em determinadas circunstâncias, de seus elementos constitutivos, problemas, fatos e situações, sejam êles sociais, econômicos, culturais. Portanto, não se deve pensar em alcançar o objetivo final da Extensão, apenas cuidando de alguns problemas ou de certa categoria dêles. O programa deve cuidar da maioria dos problemas em tôdas as suas categorias. Timmer, em seu livro “Planejamento de Trabalho em Extensão Agrícola”, expõe muito bem como o complexo de necessidades e as possibilidades de satisfação que têm os Agricultores influem na produção das famílias rurais.

Um programa de Extensão não será pois, bem balanceado, se for apenas Agrícola e não Agrícola e Doméstico. Os Supervisores devem agir não só sobre a produção, mas também sobre o consumo, a fim de levantar o nível dos dois, visando alcançar um padrão de vida satisfatório para as populações rurais.

VI. Deve ser educacional, contínuo e evolutivo.

Extensão é tarefa educacional. Ela visa ensinar ao povo como, com os recursos de que dispõe, pode levar uma vida melhor, mais sã, mais produtiva. Para isto, ela se propõe a mostrar ao povo soluções para seus problemas, a fim de que os próprios rurícolas as executem. Ela procura apenas dar às famílias rurais oportunidades educacionais, produzindo mudanças em seu modo de viver e trabalhar.

Estas mudanças podem ser classificadas em:

1. Mudanças em conhecimentos, ou coisas conhecidas;
2. Mudanças em habilidades, ou coisas feitas, e
3. Mudanças em atitudes, ou coisas sentidas.

Portanto, o programa deve ser educacional e não paternal. Ele deve fazer com que as famílias rurais aprendam as soluções e as pratiquem por convicção própria e não pretender realizar as soluções para as famílias, em caráter obrigatório ou caritativo (paternal). Seu objetivo é tornar as famílias rurais independentes de ajudas governamentais.

O trabalho de Extensão nunca finda. E' contínuo porque problemas solucionados mudam situações. Também as

soluções mudam; novas práticas, novas máquinas, novos adubos, inseticidas, etc., aparecem todos os dias.

Por outro lado, problemas e objetivos mudam porque à medida que o trabalho progride, o povo vai vendo mais claramente seus problemas e vai sentindo outras necessidades não sentidas anteriormente. Podemos dizer que o trabalho está obtendo sucesso, quando as famílias rurais procuram os Supervisores para aprender mais. Uma pessoa realmente principia a ser educada quando sente necessidade de aprender mais e mais.

VII. Prevê a cooperação do povo rural.

Extensão é trabalho de cooperação entre os Supervisores e as famílias rurais. Portanto, elas devem cooperar no programa.

1. Participando de reuniões e dando informações.
2. Pensando, analisando e decidindo sobre a importância de seus problemas.
3. Aprendendo novas técnicas e assumindo novas atitudes;
4. Aplicando e difundindo os ensinamentos aprendidos.

Sendo o povo rural o maior beneficiado, é natural que sua cooperação seja essencial e sua participação no programa a maior possível.

Para maior difusão das soluções e maior alcance do programa junto ao povo rural, é necessário o auxílio e a cooperação de Líderes Rurais, pois é impossível aos Supervisores alcançar todo o povo rural de uma área. Por outro lado, um líder, sendo do próprio meio, exercendo influência e sendo mais conhecido pelo povo rural, é mais facilmente atendido nas recomendações do que os Supervisores o são. A função do líder é de primordial importância em todas as fases de um programa de Extensão. Por isso, diz-se que "o desenvolvimento de liderança é simultaneamente um meio e um fim na elaboração de um programa".

Como vimos dizendo, os problemas do povo rural são muitos e variados. Nenhuma instituição pode pretender resolvê-los sozinha. Em todas as áreas existem outras organizações que se dedicam à solução de problemas rurais. Um bom programa prevê a cooperação dessas entidades, servindo o Supervisor de elemento de ligação entre as famílias rurais e essas organizações. O programa coordena, pois, os esforços de líderes, grupos, agências governamentais e particulares, encaminhando seus esforços para objetivos definidos.

IX. Possibilita a análise dos resultados :

Uma análise dos trabalhos, gastos e resultados é sempre necessária para aperfeiçoar o programa, para conhecer que grupos do povo rural o alcança, para saber se o que está sendo ensinado traz modificações permanentes na vida e no trabalho das famílias. Toda análise é um esforço de melhoramento. Elaborar um programa com intenção de analisar a sua execução e seus resultados tem efeito salutar em todas as suas fases, colocando-o em bases mais sólidas.

X. Deve ser seguido de um plano definido de trabalho.

Uma boa intenção que não pode ser posta em prática não é realmente boa intenção, é uma utopia. Um programa que não pode ser executado, não é realmente um programa. É um pedaço de papel escrito, que não vale a pena ser feito. Por isto, um bom programa deve possibilitar a organização de um plano de trabalho que é a resposta às seguintes perguntas:

Que vai ser feito?

Para quem vai ser feito?

Quando vai ser feito?

Onde vai ser feito?

Como vai ser feito?

Isto é o planejamento do trabalho que permitirá eficiente execução de todo o programa.

F. FASES DO TRABALHO DE EXTENSÃO

Um bom trabalho de Extensão tem sempre as seguintes fases:

I. Conhecimento da realidade rural (situação e problemas).

II. Seleção de problemas.

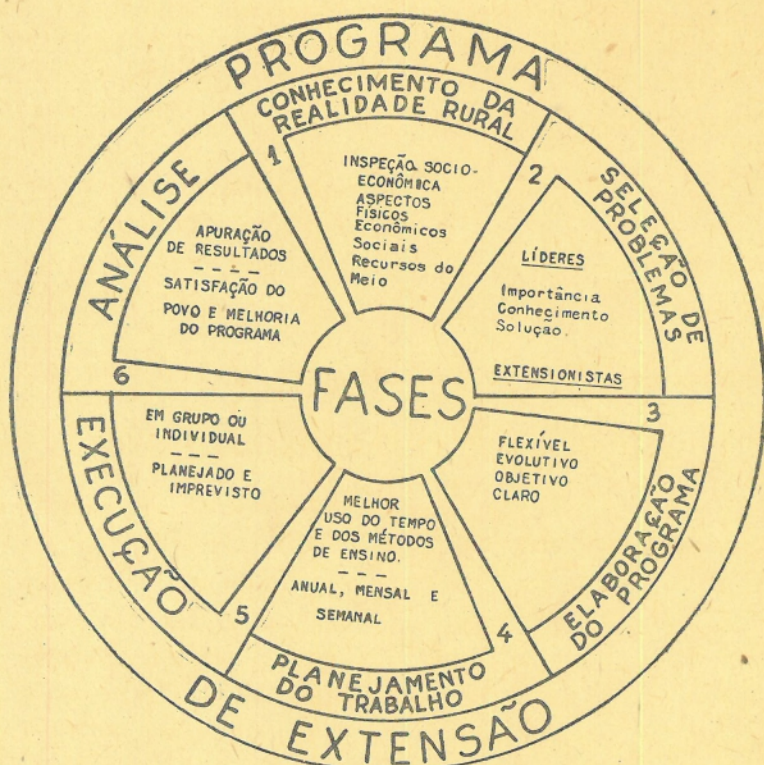
III. Elaboração do programa.

IV. Planejamento do trabalho.

V. Execução.

VI. Análise.

Todas as fases têm igual importância e um bom trabalho de Extensão só é possível quando todas elas são bem feitas. A seguinte roda esquematiza essas seis fases do trabalho de Extensão.



I — Conhecimento da realidade rural -- situação e problemas.

1. Razão do Estudo.

E' de grande importância, na elaboração de qualquer programa, o conhecimento dos fatos com que vamos trabalhar. No caso de um programa de extensão rural, maior importância deve ser dada a este estudo, uma vez que as situações variam para cada comunidade do meio rural. Um programa deve ajustar-se às condições econômico-sociais em que vive o povo a ser beneficiado. Um programa educativo feito no escritório em que não leve em consideração estas condições, certamente fracassará, devido ao desinteresse e incompreensão que origina nos beneficiados, tornando-se impopular, ou então, quando do reconhecimento da impossibilidade de adoptá-lo. O conhecimento da realidade rural permitirá elaborar uma programa que comece onde se encontra o povo e utilize aquilo que ele possui, isto é, suas habilidades e recursos materiais. Entendemos por conhecimento da realidade rural o reconhecimento e análise dos fatos e problemas que dizem respeito ao povo, à propriedade, ao lar e à comunidade. Um conhecimento pleno e perfeito da realidade rural, isto é, da situação em que o povo da área de trabalho vive e trabalha, é o alicerce da elaboração do programa.

2. O que Estudar.

Para conhecer a situação, o Supervisor deve estudar de forma sistemática e total a área em que o programa será aplicado. Deverá para isso viajar por toda sua área, a fim de se familiarizar com todos os aspectos físicos, e, ao mesmo tempo, deverá estabelecer contatos com autoridades municipais, religiosas, líderes naturais, banqueiros, comerciantes, agentes de estatística, coletores, funcionários encarregados das organizações existentes na área e que tenham relação com o povo rural. Que deve ele procurar conhecer?

Timmer em sua obra "Planejamento do Trabalho em Extensão Agrícola" e a publicidade da FAO intitulada "Essai d'analyse du Bien-être Rural" trazem extensa lista do que o Supervisor deve conhecer antes de elaborar o programa.

Esse conhecimento indireto deve compreender, segundo Ramsower (Fundamentos de Extension Agrícola), citando J. Paul Leagans (Agricultural Program Building) os seguintes aspectos:

- a — Recursos Físicos solo
 água
 tipos de exploração
 aspectos de produção
 criações
 mercados e transporte
 moradias
 recursos florestais
 serviços de comunidade
- b — População origens raciais
 situação econômica
 situação social
 níveis educacionais
 condições sanitárias e hábitos alimentares
 Interesses e necessidades da população rural.
- c — Organizações existentes na área.
- d — Colaboração dos especialistas.
- e — Colaboração dos líderes.

Uma vez conhecendo quais os problemas da área, é necessário conhecer também o por que dessa situação. Por exemplo: se estudando a situação de uma área, se verifica que a produção de milho é muita baixa, não basta isso para se encontrar uma solução para o problema. E' preciso saber também o por que, isto é, as causas dessa baixa produção.

Será falta de semente selecionada?

As terras estarão cansadas?

Haverá excessiva erosão?

Será falta de conhecimentos técnicos?

Uma vez determinados, o problema e as razões por que existe tal situação, é necessário também saber se, anteriormente, algum esforço foi feito para sua solução. Em caso afirmativo, as razões do fracasso serão informações de grande valor, quando da seleção de métodos a serem usados para a solução do problema.

Um outro ponto, muito importante a ser estudado, é a receptividade do povo àquilo que se deseja realizar. Por re-

ceptividade, queremos significar o maior ou menor grau de interesse que o povo tem em relação ao melhoramento das práticas agrícolas e das condições de vida.

Para se levar adiante qualquer problema, é necessário que o povo esteja interessado nele e deseje cooperar. Se o povo está satisfeito com o meio em que vive, muito pouco ou nada poderá ser feito a fim de que se consiga melhoramentos. A maior ou menor receptividade do povo será fator importante na solução de seus problemas.

3. Como estudar

Para o estudo da realidade rural pode-se lançar mão dos seguintes meios:

a. Meios indiretos —

informações de agências oficiais ou privadas, que operem na área. É interessante que se verifique se estas informações são atualizadas ou antigas.

informações fornecidas por autoridades locais, líderes naturais e líderes profissionais.

b. Meios diretos —

visitas individuais — são visitas feitas às famílias rurais, em suas propriedades. Nessas visitas são discutidos seus problemas e necessidades, a razão dos mesmos e o que já foi feito para solucioná-los. Esse método de visitas é bom e deve ser utilizado tanto possível, apesar de ser dispendioso e não atingir grande número de famílias.

reuniões de comunidade — são as reuniões realizadas em comunidades rurais, com a presença das famílias que nelas vivem e operam. Nessas reuniões, é dada oportunidade a homens e mulheres para que exponham suas dificuldades, seus problemas e aquilo que desejam realizar para o melhoramento geral de sua condição de vida. Talvez, alguns problemas que se sabe existir, não sejam mencionados por essas famílias. Deve-se mencioná-los durante essas reuniões, a fim de que todos possam enxergá-los e chegar à conclusão de que também para esses é necessário encontrar solução.

O que o Supervisor faz, conhecendo a área de trabalho através de viagens e contatos, é formar *sua opinião* sobre os problemas e situações do povo rural. No entanto, ele não sabe *a opinião desse mesmo povo* sobre estes problemas. Pode muito bem acontecer (e não é raro isso) que o que deseja, não é o que ele mais necessita e também, o que os

Supervisores pensam que o povo necessita, não é o que ele aspira. E' importante harmonizar o que as famílias rurais pensam necessitar com o que os Supervisores pensam ser seus problemas. A situação ideal seria a uniformização perfeita dos dois pontos de vista.

O bom Supervisor sabe que os programas mais bem sucedidos são aqueles baseados em problemas sentidos pelo povo rural. Por isto, ele procura conhecer os desejos, aspirações, necessidades e problemas das famílias rurais, antes de iniciar o trabalho, e faz destes desejos e necessidades os seus objetivos de trabalho. Assim, ele estará mais capacitado a elaborar bom programa e executar melhor trabalho, do que aquele que procura cumprir um programa divergido dos desejos do povo.

O bom Supervisor também transforma os problemas que *ele vê* no povo em desejos e aspirações das famílias rurais, porque ele sabe que usualmente o que uma pessoa diz ou pensa necessitar, é baseado no que naquele momento ela sabe ou sente. Ora, mudando-se ou aumentando-se os seus conhecimentos, mesmo que a situação não mude, a pessoa se expressa de maneira diferente. E', portanto, importante, que o Supervisor consulte o povo rural e procure sua colaboração.

As reuniões de comunidade podem obedecer a dois métodos:

Método autocrático — o Supervisor, já conhecendo perfeitamente a região e tendo a sua opinião formada sobre os problemas do povo rural, reúne o maior número possível de famílias, expõe sua opinião e dá uma relação dos problemas, tal como ele os vê. Procura conseguir então o apoio e a colaboração dos presentes para o seu programa.

Método democrático — O Supervisor, embora já conhecedor do problema, sabe muito bem que a opinião do povo é essencial para que ele fique conhecendo o que estas famílias pensam e sentem a respeito de seus problemas. Ele sabe também que este mesmo povo tem suas opiniões sobre os problemas que formam o complexo da realidade rural, opiniões estas que, certas ou erradas, são, em todo caso, baseadas em experiências pessoais de êxitos ou fracassos.

Em consequência, estas famílias estão em melhor posição para determinar os problemas que mais lhes interessam ver resolvidos. Então, eles é que determinam os problemas a ser atacados. A elaboração do programa por este

método se inicia com o povo rural de diversas áreas. Da reunião dos diversos programas das áreas vem o das regiões. Da reunião destes, é que surge o programa estadual ou nacional. E', pois, um planejamento de baixo para cima, o que é verdadeiramente democrático, ao passo que o primeiro método, no maior número das vezes, é feito de maneira autocrática.

Ambos os métodos apresentam vantagens e desvantagens. Elas são:

Autocrático

E' mais fácil de fazer.
E' mais rápido e menos dispendioso.
Preocupa-se só com problemas importantes.
Problemas são atacados de acôrdo com a capacidade de trabalho dos supervisores.
Não é educacional.
Não assegura interêsse permanente.
Nem sempre se adapta às necessidades imediatas do povo rural.
O trabalho nêle baseado é mais difícil de ser executado.
Não desenvolve liderança.
Tem caráter de imposição.

Democrático

E' mais difícil de fazer. Exige mais inteligência.
Ocupa mais tempo e é mais dispendioso.
Preocupa-se também com problemas, acima da capacidade dos Supervisores.
E' educacional para o povo e para os Supervisores.
Assegura interêsse permanente.
Adapta-se às necessidades imediatas do povo rural.
A execução do programa é mais fácil e mais eficaz.
Desenvolve liderança.
Tem caráter de cooperação.

II — SELEÇÃO DE PROBLEMAS

Um dos grandes problemas da Extensão é que o tempo disponível para trabalho é limitado. Não é possível trabalhar 24 horas num dia, como também não é possível atacar todos os problemas, que são muitos e variados, de uma só vez. Isto não só por impossibilidade material como também porque a solução de uns pode depender da solução anterior de outros.

Se o Supervisor se desdobra demasiadamente, se o programa é muito disperso, se os participantes não dedicam tempo suficiente para pensar nas coisas a serem feitas, nada será aproveitado de tudo isto. Daí a necessidade de selecionar aqueles problemas que serão os objetivos de trabalho.

Para tal, devemos classificar os problemas, segundo diversos pontos de vista, para depois estabelecermos um critério de seleção.

1. Segundo o ponto de vista do desejo das famílias rurais podemos classificá-los em:

- a) Problemas sentidos — Saúva
- b) Problemas desconhecidos — Verminose

Os problemas sentidos deverão figurar nos programas com prioridade, pois a sua solução trará satisfação às famílias rurais.

Os problemas não sentidos deverão ser objeto de esclarecimento, a fim de que suas soluções se tornem desejos e aspirações dessas famílias.

2. Sob o ponto de vista do objetivo primordial de extensão classificamos em:

- a) Problemas importantes — Filtro —, melhoramento de água.
- b) Problemas secundários — Bordados.

Os primeiros são os que mais afetam o meio de vida e de renda das famílias. Deverão ser atacados inicialmente.

3. Segundo o ponto de vista técnico:

- a) De fácil solução — Carrapato — Toxafeno.
- b) De difícil solução — Febre aftosa — Vacina.

4. Segundo o ponto de vista do tempo:

- a) Solução rápida — cochinilhas em cafezal.
- b) Solução lenta — uso de máquinas agrícolas.

Em início de trabalho de Extensão, devem ter preferência aos problemas sentidos, importantes e de solução fácil e rápida. Não devemos, porém, descuidar dos outros que deverão ser objeto de trabalho persistente de esclarecimento, a fim de que possam ser atacados tão logo a Extensão tenha captado a confiança do povo e este tenha as suas soluções como aspirações.

III — ELABORAÇÃO DO PROGRAMA

Uma vez selecionados os problemas, devemos elaborar o programa. Este deve ser visualizado a longo prazo para poder apresentar resultados. Um programa de Extensão é o relato de uma situação, objetivos, seus problemas e soluções.

Ele não é pois apenas uma lista de atividades ou um calendário de trabalho. É antes a formalização de uma "Política de Extensão" não só mostrando *o que* é necessário fazer, mas também explicando *porque* é necessário fazer.

Um programa é relativamente permanente mas requer constantes revisões, de um ano para outro, e, às vezes, dentro do mesmo ano. Ele é a base de todo trabalho de EXTENSÃO.

O programa de Extensão de uma área, sendo como é a base de entendimento entre Supervisores e o povo rural desta área, deve mostrar:

- a) a situação em que o povo está;
- b) os problemas que são parte desta situação;
- c) os objetivos do povo rural em relação a esses problemas;
- d) as recomendações técnicas para alcançar esses objetivos.

1. REDAÇÃO DO PROGRAMA

Suponhamos que as famílias rurais tragam nas reuniões da comunidade os problemas da *baixa produção do café* e de *nutrição deficiente*, que os Supervisores já sabem existentes.

Como o programa mostraria esta situação? Naturalmente, descrevendo-a. Esta descrição seria o *porque* fazer e o *que* fazer. Antes, vejamos de que partes deve constar a redação.

RELATO DA SITUAÇÃO TENDO EM VISTA OS PROBLEMAS ESPECÍFICOS

Descrição da Situação

Numa área de trabalho, encontramos um número muito grande de problemas levantados em reuniões de comunidade,

sugeridos por líderes ou surgidos como resultado de nossas observações. Seria impossível incluímos num programa de trabalho todos esses problemas.

Por isso é que foi feita a seleção daqueles que seriam trabalhados. No relato da situação devemos mostrar as razões pelas quais incluímos determinados problemas e excluímos outros. Este relato deve ser claro, conciso e objetivo.

Consciência dos Problemas por parte do povo

Para orientar nosso trabalho devemos levar em consideração o grau de consciência que o povo rural tem de seus problemas. Isto porque problemas *sentidos* e problemas *não-sentidos* requerem tratamentos diferentes. As soluções técnicas apresentadas para problemas sentidos são aceitas mais facilmente, ao passo que para os não sentidos teremos que fazer uma motivação mais intensa.

Medidas empregadas pelo povo para fazer frente a estes problemas.

Para os problemas sentidos, o povo procura soluções, usando métodos empíricos que quase sempre são anti-econômicos e ineficientes. Entretanto, algumas destas medidas empregadas, com um pouco de orientação técnica, poderiam dar resultados e seriam de mais fácil aceitação. Sempre que possível, devemos levar em consideração o esforço que o povo rural está fazendo para controlar a situação.

SOLUÇÕES TÉCNICAS PARA TRATAMENTO DOS PROBLEMAS — Devemos indicar sempre soluções técnicas oportunas, acessíveis, eficientes e econômicas e dar as razões dessa escolha.

A seguinte seria a descrição das situações acima mencionadas.

a. RECUPERAÇÃO DOS CAFÉZAIS

“O café é a cultura de maior renda dos agricultores desta área, embora não seja a cultura mais extensa. Assim sendo, seus problemas preocupam seriamente aos agricultores. Um desses problemas é a baixa produção dos cafézais, pois nesta área estão plantados cerca de 4.000 Ha. em cafézais com a produção anual média de 20.000 sacos, o que dá um rendimento de 5 sacos por Ha., evidentemente baixíssimo, pois há outras regiões em que este rendimento chega a ser de 25 sacos. O panorama das lavouras em decadência é visível para quem visita as propriedades ou mes-

mo para quem viaja pelas estradas do município. Lavouras erodidas e pés de café em plena degenerescência são espetáculo familiar.

Como consequência desta situação, verificamos que as rendas dos lavradores, mesmo com os bons preços atuais, são pequenas, podendo tornar-se deficitárias. As causas deste baixo rendimento são:

alinhamento inadequado no plantio, favorecendo a erosão;
estado adiantado de erosão no solo dos cafèzais;
falta de matéria orgânica e elementos nutritivos no solo;
má conformação dos arbustos;
acidez resultante.

Têm pois, os cafeicultores, o problema de aumentar o rendimento médio de suas lavouras, pois este rendimento baixo afeta extraordinariamente os seus ganhos.

(até aqui temos DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO E PROBLEMA)

O objetivo de aumentar a produção está sendo perseguido por muitos lavradores, porém o estão fazendo de maneira empírica. Alguns estão fazendo regos nos cafèzais, em declive, para evitar enxurradas dos pontos em que a erosão ameaça tornar-se em vossorocas, o que de certo modo piora a situação, agravando o problema. Outros, estão podando os arbustos e adubando os seus cafèzais de maneira imprópria, tanto química como orgânicamente.

(até aqui OBJETIVOS DO POVO: consciência do problema por parte do povo e medidas empregadas por ele.

Há, evidentemente, nesta área, o problema de recuperar os cafèzais, pois em sua maioria eles estão formados de lavouras de menos de 30 anos.

O povo rural sente este problema e, para auxiliá-lo em sua solução as medidas abaixo são preconizadas porque, quando forem adotadas por todos os cafeicultores, poderão, no mínimo, dobrar sua renda, o que traduzindo em termos monetários daria ao município um aumento de renda bruta de Cr\$ 30.000.000,00 aos preços médios (mais de 20.000 sacos a Cr\$ 1.500,00 cada).

(até aqui *PORQUE* fazer)

Estas medidas que estão ao alcance de qualquer cafeicultor são:

Contrôle de erosão em calêzais por:

construção de cordões em contorno,
coveamento alternado e
terraças individuais.

Melhoramento do solo por:

calagem,
adubação orgânica e química e
adubação verde.

Melhoramentos dos arbustos por:

poda de arejamento total,
arrancamento de árvores improdutivas e
replantio.

Tôdas estas medidas de acôrdo com a técnica.

(até aqui recomendações e *O QUE* fazer)

b. NUTRIÇÃO

A alimentação de nossas famílias rurais é deficiente em quantidade e qualidade. Desconhecem elas inteiramente o valor nutritivo dos alimentos e a necessidade de alimentação completa para uma boa saúde. Algumas vêzes têm os alimentos em suas propriedades e, embora sejam em quantidade insuficiente, preferem vendê-los para, com a sua renda, comprar remédios.

Outra causa é a ignorância na maneira correta de prepará-los, a fim de conservar o máximo de seu valor nutritivo e torná-lo agradável ao paladar. Os tabus também têm prejudicado muito a alimentação de nosso povo.

Leite, ovos, carne, frutas e vegetais são usados pelas famílias em quantidades mínimas, privando assim seus organismos de proteínas, sais minerais e vitaminas, enquanto é comum o uso excessivo de hidratos de carbono e gorduras. Tudo isto debilita o organismo, tornando essas famílias desanimadas e diminuindo sua capacidade de trabalho.

Este problema é sentido pelo nosso povo rural, que já vem sendo despertado, pois, muitas vêzes se dirige a nós com pedidos de receitas de pratos "fortes". Procuraremos orientá-lo a aproveitar melhor os alimentos produzidos. Trabalharemos no sentido de ensinar-lhes noções sôbre o valor nutritivo e maneiras corretas no preparo de leite e derivados, carne, ovos, frutas e vegetais. Ensinaresmos também pratos com soja e como fazer pão. Grande importância será dada ao planejamento de refeições.

2. ELABORAÇÃO DE PROJETOS

Já vimos anteriormente o que se entende por Projeto. Vimos também que um programa para ser executado deve ser elaborado de modo tal, que permita resposta às seguintes perguntas:

Que vai ser feito?

Para *quem* vai ser feito?

Quando vai ser feito?

Onde vai ser feito?

Como vai ser feito?

Assim sendo, devemos procurar então elaborar projetos que nos permitam responder a tôdas essas perguntas, pois eles não serão nada mais que o programa anual a ser trabalhado.

Para facilitar essa elaboração, usamos fórmulas que, além de permitir certa padronização na apresentação, nos fornecem um roteiro das atividades a serem trabalhadas para a execução do projeto.

Vejamos a seguir, como seriam elaborados os projetos "Recuperação dos Cafèzais" e "Nutrição", cuja situação dos problemas já descrevemos anteriormente.

- a. Projeto Recuperação de Cafèzais (Quadro na página 97)
- b. Projeto Nutrição (Quadro na página 98).

PROJETO — RECUPERAÇÃO DE CAFÉZAIS

Área: Poços

Ano 1955/56

1 Atividades	2 Quem	3 Comunidade ou Cooperador	4 Quando	5 Como	6 Objetivo	7 Notas para os Supervisores Locais
Obter Cooperadores	SA — SD	Argirita	Julho-Agosto	Visitas - Excursões Cartas circulares - Reuniões - Jornais	30 (20 obtidos)	
Poda	SA — Líderes	Ipanema	Setembro	Demonstrações Boletins	30 (18 obtidos)	
Cordão em contôrno	SA — Líderes	Ipanema	Setembro	Demonstrações Cartazes	15 (10 obtidos)	Cooperação com agrônomo conservacionista
Coveamento alternado	SA — Líderes	Sta. Isabel	Outubro	Demonstrações Cartazes	10 (4 obtidos)	(Idem)
Terraças individuais	SA — Líderes	Sta. Isabel	Agoto-Setº	Demonstrações Cartazes	10 (8 obtidos)	(Idem)
Calagem	SA — Líderes	Sta. Isabel	Outubro	Demonstrações	30 (20 obtidos)	Providenciar análise do solo.
Adubação orgânica	SA — Líderes	Mucambeiro	Agosto	Demonstrações	30 (20 obtidos)	
Adubação química	SA — Líderes	Mucambeiro	Setembro	Demonstrações	12 (10 obtidos)	Procurar fórmula no Instituto Agronômico
Plantio Leguminosa	SA — Líderes	Tebas	Nov. Dezo	Demonstrações	5 (5 obtidos)	200kg. sementes
Corte Leguminosa	SA — Líderes	Tebas	Fev. Março	Demonstrações	5 (5 obtidos)	
Divulgação	SA-SD-Líderes	Tôda área	Junho	Excursões - Jornais - Rádio Cartas - Circulares - Fotos - Reuniões		

Ass.

Supervisor (es) Local (is)

Visto.

Supervisor (es) Regional (is)

PROJETO — NUTRIÇÃO

Área: Poços

Ano 1955/56

1 Atividades	2 Quem	3 Comunidade ou Cooperador	4 Quando	5 Como	6 Objetivo	7 Notas para os Supervisores Locais
Obter Cooperadores	SA — SD Líderes	Argirita Tebas Piacatuba	Julho	Jornais Reunião Visita	60 (56 obtidos)	
Confecção de pão	SD — AE Líderes	Argirita Tebas Piacatuba	Julho Agosto	Demonstrações Boletins	56 (56 obtidos)	
Uso de leite e ovos	SD — AE Líderes	Argirita Tebas Piacatuba	Outubro Novembro	Demonstrações Visitas	39 (39 obtidos)	
Cocção de vegetais	SD — AE Líderes	Argirita Tebas Piacatuba	Fevereiro Março Maio-Junho	Demonstrações Visitas	35 (35 obtidos)	
Uso de frutas	SD — AE	Argirita Tebas Piacatuba	Março e Abril	Demonstrações Visitas	35 (35 obtidos)	Treinar a demonstração
Divulgação	SA — SD Líderes	Argirita Tebas	Junho	Jornal — Rádio Exposição		Conseguir Stand na Exposição Agro-Pecuária.

Ass.....

Supervisor (es) Local (is)

Visto.....

Supervisor (es) Regional (is)

3: CRITÉRIO PARA JULGAR UM PROGRAMA

Segue-se um questionário que pode ser usado para analisar e fazer o julgamento de um programa. Antes que qualquer passo seja dado em sentido definitivo na execução de um programa, é necessário que este seja julgado, a fim de verificar a possibilidade ou não se sua exequibilidade e balanceamento.

a. Conhecimento da situação.

Foram tomadas em consideração tôdas as informações disponíveis?

Foram consultados Conselheiros e Líderes?

Foram feitas reuniões e visitas para conhecer os desejos do povo?

b. Participação

O povo se interessou pelo programa?

O povo cooperou em sua elaboração?

O povo tomou parte na responsabilidade da seleção dos problemas?

O povo interessou-se por aprender melhores soluções com os Supervisores?

c. Problemas

São os que realmente mais interessam ao povo?

São os de que realmente o povo necessita mais?

Seu número é razoável? excessivo? pequeno?

d. Soluções

São tècnicamente possíveis?

São econômicamente justificáveis?

São socialmente desejáveis?

Estão ao alcance cultural e econômico do povo?

São as preconizadas pelas modernas técnicas?

e. Generalidades

é educacional?

possibilita o desenvolvimento da liderança?

teve como base o programa a longo prazo?

representa evolução sôbre o programa anterior?

procura mostrar ao povo os problemas que ele não sente?

não tem atividades desnecessárias?
possibilita análise de seus resultados?
atende diversas categorias de problemas ou só algumas?
pode servir de base para um plano de trabalho?

IV. PLANEJAMENTO DO TRABALHO

Esta, como as demais fases de um programa de Extensão, é da maior importância para a obtenção de bons resultados. Sem um bom planejamento do trabalho, não conseguiremos o maior rendimento possível de nosso tempo nem dos métodos de ensino que podemos usar.

O planejamento do trabalho é geralmente feito para determinados períodos e estes variam de acordo com as necessidades. Consideraremos esse planejamento com base anual, mensal e semanal.

1. Planejamento anual — esse planejamento tem por finalidade agrupar cronologicamente as várias atividades dos projetos, por mês, a fim de mostrar quando as mesmas deverão ser trabalhadas. Para facilidade, esse planejamento pode ser formalizado num calendário anual de trabalho. Esse planejamento e consequentemente seu uso, permite mostrar aos supervisores:

a. o que é necessário fazer para executar o programa do ano.

b. se o plano de trabalho está bem balanceado, não havendo excessos em certos meses e deficiências em outros.

c. se as atividades planejadas acompanham ou não os diversos ciclos de trabalho das famílias rurais durante o ano, dando mais ênfase na época adequada àquelas que preocupam mais essas famílias.

d. com antecedência, o que tem de ser feito em determinado mês, possibilitando tomar providências antecipadas quando tal se faz necessário.

O uso adequado do calendário anual de trabalho permite-nos melhor distribuição de nosso tempo reunido aí como um roteiro, para que as atividades não se afastem do que foi planejado, caso não se verifique essa necessidade. De tudo isto, resultará maior e melhor rendimento de nosso trabalho.

A seguir, um "Calendário Anual de Trabalho", levando em conta os dois projetos já vistos e outros que constituíssem o programa de determinada área de trabalho.

Calendário Anual de Trabalho

ANO 1955/56

ÁREA POÇOS

Mês de agosto		Mês de setembro	
Projetos	Atividades	Projetos	Atividades
Recuperação de cafés	Obter cooperados Terras individuais Adubação orgânica Confeção de pão	Recuperação de cafés	Poda Cordão em contorno Terras individuais Adubação química
Nutrição			
Crédito Rural Supervisionado	Planejamento Supervisão Reembolso		
Vestuário	Uso de molde		
Clube 4-S	Reorganização Reunião formal Exposição		
Mês de outubro		Mês de novembro	
Projetos	Atividades	Projetos	Atividades
Recuperação de cafés	Coveamento alternado Uso de leite e ovos	Recuperação de cafés	Plantio de leguminosa Uso de leite e ovos
Nutrição		Nutrição	
Ass. Supervisor (es) Local (is)		Ass. Supervisor (es) Regional (is)	

2. Planejamento Mensal — este não será mais que um desdobramento mensal do calendário anual do trabalho, especificando mais pormenorizadamente o trabalho a ser realizado.

Este planejamento mensal, colocado sob a forma de um "*Calendário Mensal do Trabalho*", mostrará de maneira tentativa e em escala cronológica, o que deverá ser executado com relação aos projetos e atividades planejadas para o mês, no Calendário Anual de Trabalho.

Determinará que locais e que cooperadores serão atendidos, para que o programa do ano seja cumprido.

O Calendário mensal por ser formalizado, não deve ser encarado como um esquema rígido de trabalho, mas sim como um programa mensal a ser executado.

Seu maior valor está em servir de guia para que não nos afastemos das atividades já elaboradas para o mês, no Calendário Anual de Trabalho.

Não é recomendável, nem necessário, que se preencham todos os dias do mês com qualquer trabalho. Dias devem ser deixados em branco para atender a imprevistos. O recomendável é que todas as atividades, projetos, beneficiários, locais e métodos a serem usados, estejam aí representados. Esse calendário será pois o guia efetivo do trabalho mensal e, de sua elaboração bem feita, dependerá a boa divisão do tempo para executar o programa da área.

Exemplo de um Calendário Mensal de Trabalho :

(Calendário Mensal de Trabalho — Veja pág. 103)

Calendário Mensal de Trabalho

ÁREA: POÇOS

Mês de Agosto

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
	1 <i>Argitila</i> <i>Recuperação de ca-</i> <i>fzais</i> Obter cooperado- res — R <i>Fabrico de pão</i> Clube SM — D <i>Crédito Supervisio-</i> <i>nado</i> Inácio Alves Reembolso — IV	2 Crédito Supervi- sionado José Cabral Extinção de saú- va — DI Fabrico de pão — DI Clube 4-S Reunião formal Preparação de ali- mentos - Filme - R	3 Imprevisto	4 <i>Recuperação de ca-fzais</i> Obter cooperadores Excursão fazenda José Cabral — E <i>Crédito Supervisionado</i> José Teixeira Planejamento — DI	5 <i>Escritório</i> Melhoramento do lar (fazer cartas) <i>Recuperação de ca-fzais</i> (artigo para jornal)
7 <i>Crédito Supervisionado</i> Custódio Silva Recuperação de café- zais — D <i>Saúde e Saneamento</i> Uso de sal iodado - D <i>Alimentação do gado</i> <i>na seca</i> Ananias Vilar — D <i>Clube SM</i> Uso de moldes	8 <i>Crédito Supervisio-</i> <i>nado</i> José Pizaroli Plano da fazenda e do lar — DI <i>Clube 4-S</i> Usina Jatiboca Reunião com pais para reorganiza- ção — R	9 Imprevisto	10 <i>Recuperação de ca-</i> <i>fzais</i> Joaquim Soares Aducação — D Puericultura — IV <i>Tebas</i> Treinamento de li- deres	11 <i>Higiene do gado</i> Osvaldo Bedeti Pulverização — D Desinfetação da re- sidência — DI <i>Clube 4-S</i> Preparar exposição	12 <i>Escritório</i> Vestuário (preparação de moldes)

3. Planejamento semanal — êste planejamento fornecerá o guia para o trabalho da semana e deverá ser feito a partir do calendário mensal.

O "*Calendário Semanal de Trabalho*" é uma escala que só deverá ser desobedecida, por motivo de força maior.

Os trabalhos que dêle constarem deverão ser realizados e, se por qualquer motivo importante algum não puder ser realizado, deverá ser planejado na semana seguinte.

Todo esforço deve ser feito no sentido de que os trabalhos nêle planejados sejam executados.

Quando do planejamento do calendário semanal, as datas já estarão marcadas, os locais necessários arranjados, o material indispensável conseguido, de modo que, a não realização de uma atividade acarretará sérios transtornos à execução do programa. Assim sendo, planejar bem um calendário semanal e seguir o planejado, será grande fator no sucesso do programa.

CALENDÁRIO SEMANAL DE TRABALHO

Supervisor (a)..... Semana de 7 a 12 de 8/55

	Família ou Grupo a ser visitado	Local	Trabalho a realizar
SEGUNDA-FEIRA	Custódio Silva Ananias Vilar Clube SM	Ipanema Tebas Tebas	Terraças individuais — D Uso de sal iodado — D Abertura do silo — D Alteração de moldes — D
TERÇA-FEIRA	José Pirazoli Clube 4-S	Mucambeiro Usina Jatiboca	Plano da fazenda e do lar — DI Reunião com pais para reorganização -- R
QUARTA-FEIRA	Inácio Alves Antônio Silva	Argirita Sta. Isabel	Plano da fazenda e do lar — DI Análise de terra — DI (Levar Emerson)
QUINTA-FEIRA	Joaquim Soares Líderes	Faz. da Pedra Tebas	Adubação — D Cuidados com recém-nascido — IV Treinamento — R Exibição de Filmes
SEXTA-FEIRA	Osvaldo Bedeti CLUBE 4-S	Faz. Canudos Argirita	Pulverização — D Desinfestação de residência — DI Escolher produtos de hortá para exposição
SABADO		Escritório	Preparar moldes

V — EXECUÇÃO

Como vimos anteriormente, Extensão é tarefa educacional e procura produzir mudanças no modo de vida e de trabalho das famílias rurais. Vimos também que educação é produzir trocas em atitudes, conhecimentos e habilidades.

Então, como educadores que somos, temos que conseguir essas mudanças no comportamento humano. Para conseguir isso devemos recordar que se aprende ouvindo, vendo e fazendo. Assim sendo, no trabalho de Extensão, devemos conseguir situações tais que permitam ao povo ver, ouvir ou fazer aquilo que deve ser aprendido.

A fim de obter isso, devemos conseguir atenção, captar o interesse, desenvolver confiança, criar desejo de aprendizagem, fornecer ação apropriada e promover satisfação pelo resultado obtido, com o uso do que é denominado "Método de Extensão", através da execução do plano de trabalho.

VI — ANÁLISE

1. Generalidades

Tôda análise deve ser um esforço para o aperfeiçoamento de qualquer atividade, a fim de que possamos sempre fazê-la melhor.

Quando uma família rural mede sua colheita de uma cultura e determina a produção por área, está analisando. Conquanto isto seja uma parte importante na análise, ela não significará tudo, pois é necessário que essa família compare o que conseguiu, com o objetivo que pretendia alcançar. Existe uma diferença entre a simples "medida de resultados" e a "análise" dos mesmos.

Se a educação levada a efeito pela extensão produz mudanças no povo, como é possível medir essas mudanças em conhecimentos, habilidades e atitudes? Um relatório estatístico pode mostrar números, mas isto não evidencia nem mostra as mudanças no comportamento do povo. Pode também mostrar o número de novas práticas adotadas. É uma boa medida de progresso, mas é uma fraca indicação quando desejamos saber se o povo aprendeu. Mesmo assim, o povo pode fazer coisas sem conhecimento das razões porque as está fazendo e estas práticas talvez se tornem desusadas devido a isto.

A análise é um processo pelo qual somos capazes de compreender e apreciar os méritos ou deficiências das pes-

soas, grupos, programas, situações, métodos e processos. E' u'a maneira de determinarmos quão longe uma atividade progrediu e quão longe é necessário irmos ainda a fim de alcançar o objetivo.

2. Propósitos da Análise.

a. Prover periódicos resultados que forneçam uma direção a ser seguida do melhoramento do trabalho.

b. Ajudar na determinação do grau de importância dos projetos e objetivos.

c. Fornecer os conhecimentos das situações, conhecimentos êsses essenciais no planejamento do programa.

d. Servir para verificação da eficiência dos métodos de ensinamento que estão sendo empregados.

e. Mostrar ao público, a evidência do valor do programa.

f. Educar líderes quando os mesmos tomam parte no processo da análise.

g. Dar satisfação aos cooperadores e líderes através da apreciação do que tem sido conseguido.

A análise é uma parte importante de todo ensinamento e planejamento do trabalho porque:

Sem a apreciação dos resultados não se têm bases sólidas para melhorar o trabalho.

Ajuda a identificar as necessidades de um esforço concentrado.

Dá segurança e confiança.

Tem valor no desenvolvimento da confiança do povo, uma vez que é possível fornecer fatos racionais.

Mostra como os meios de ensinamento podem ser usados de maneira mais eficaz.

Sabemos que os objetivos da Extensão devem ser de caráter educacional, econômico e social. Sabemos também que os objetivos básicos são educacionais. Desde que estamos trabalhando em Extensão, que é educacional, torna-se necessário basear a análise em objetivos educacionais.

Como podemos dizer que foi feito progresso ou os objetivos foram alcançados, se uma análise não é feita? A educação tem sucesso quando ela causa mudança na direção desejada. Deve ser dada em termos de melhoramento e aumento de habilidades, melhor compreensão de conceitos, aumento de habilidade em resolver problemas, mudança de atitude, troca de interesses, adoção de melhores práticas e aumento de conhecimentos. E' fácil medir progresso quando êsse é evidenciado por provas, mas difícil medir aqueles

que não apresentam estas provas. O fato de uma família usar verduras em sua alimentação pode facilmente ser determinado, mas não é muito fácil determinar se a família compreende por que está usando essas verduras. A fim de medir os reais resultados, não se pode ignorar estes pontos, somente porque são difíceis de medir. Por outro lado, quando vamos treinando na análise, é aconselhável que as técnicas utilizadas sejam aprendidas e melhoradas durante a análise dos resultados fáceis de medir, tais como práticas adotadas. Quando as técnicas estiverem aperfeiçoadas, poderão então ser aplicadas aos resultados difíceis de medir.

3. Quando analisar.

A análise deve ser feita:

a. Antes que ocorra qualquer troca ou modificação devida ao trabalho que se pretende efetuar. Precisamos desta informação para que possamos comparar situações e medir resultados. O conhecimento da realidade rural no início de um programa não deixa de ser uma análise deste tipo.

b. Durante qualquer etapa de progresso, antes de alcançar o objetivo. A análise deve ser um processo contínuo a fim de que ajustamentos necessários possam ser feitos ao programa sempre que necessário.

c. Após alcançar o objetivo. Quando atingimos um objetivo, devemos analisar métodos usados e verificar situações a fim de medir progresso e determinar normas aplicáveis a outras situações.

a. Valor da Análise

O valor da análise no planejamento do programa é:

a. Mostra-nos as situações com todos os seus problemas, indicando em que nível se encontra o povo, antes de iniciarmos o trabalho.

b. Mostra quão longe os planos de trabalho progrediram. Estudos têm mostrado que é necessário muito tempo de ensinamento para que o povo, de modo geral, adote novas práticas. Se uma prática é realmente boa, devemos ensiná-la até que esteja bem estabelecida. Contudo, quando chegar neste ponto, lembremo-nos de parar com esta prática e ensinar outra mais nova.

c. Mostra se a direção seguida é certa. Ajuda a confirmar os objetivos e recomendar trocas quando necessário. Pode mostrar também omissões ou sugerir novas direções a seguir. Ajuda a focalizar o trabalho diretamente nas necessidades, interesses e desejos do povo.

d. Indica se o programa foi eficaz ou não, uma vez que a sua finalidade é produzir mudanças materiais e educacionais.

e. Ajuda a descobrir os pontos fortes e fracos do programa. Melhoramentos podem ser feitos, quando pontos fracos são localizados e depois então fortalecidos.

f. Melhora nossa habilidade em trabalhar com o povo. No planejamento do programa, bastante habilidade é requerida a fim de conseguir ter todos os fatos e problemas do povo, e chegar a conclusões sem dominação por nossa parte. Desperta-nos para as atitudes, hábitos e satisfações do povo rural.

g. Ajuda a determinar quais atividades devem ser trabalhadas primeiro. À medida que a extensão vai-se tornando complexa, um dos problemas é determinar o que fazer, quanto fazer e o que omitir.

h. Traz confiança e satisfação ao trabalho.

5. Como analisar.

Antes de começar qualquer análise referente ao programa, devemos considerar três pontos básicos:

Quais eram os objetivos a serem alcançados. Devemos sempre determinar os objetivos educacionais. Isto deve ser feito com relação ao programa, projetos, reuniões, demonstrações, excursões, enfim, para cada atividade que se realiza. O valor de uma visita, por exemplo, só poderá ser medida se compreendermos e soubermos o que esperávamos conseguir ao fazer esta visita. O mesmo é verdade para os demais métodos.

Com quem isto deveria ser conseguido? Quem deveria ser beneficiado?

O número de famílias a ser atendidas em um Escritório Local é muito grande. Não é possível pois, aos supervisores, trabalhar diretamente com todas elas, ainda mais se levarmos em conta que seus interesses são tão variados. Assim sendo, os supervisores devem procurar beneficiar dentro de suas capacidades o maior número possível de famílias, através de um programa específico, em determinado espaço de tempo.

E' preciso analisar se estas famílias foram realmente beneficiadas ou não, para determinar necessidades futuras.

Que evidência ou fato pode ser usado para provar que o resultado foi alcançado.

Após determinados os objetivos e verificados quais os beneficiados, chegamos ao ponto em que precisamos determinar e provar a nós mesmos que essas pessoas beneficiadas aprenderam alguma coisa nova.

Esta evidência da aprendizagem pode apresentar-se sob a forma de mudança na quantidade de informações que as famílias adquiriram graças aos esforços dos supervisores. Pode apresentar-se sob a forma de mudanças de atitudes. Também pela adoção de novas práticas agrícolas e domésticas.

De modo geral, há dois tipos de estudos que podem ser feitos, a fim de que, pela sua análise, possamos chegar a conclusões referentes ao nosso programa:

a. Estudos informais — nesse grupo podemos incluir:

informações obtidas através dos relatórios mensais, trimestrais ou anuais.

informações obtidas através de observações, visitas, reuniões, etc.

levantamentos ou inquéritos feitos com auxílio de líderes locais e profissionais ou mesmo com auxílio de cooperadores.

b. Estudos formalizados — de modo geral, esses estudos são feitos para suplementar e fornecer melhor análise aos estudos informais. Habitualmente, esses estudos são dos seguintes tipos:

Estudos feitos através de entrevistas com as famílias rurais, para determinar a eficácia dos ensinamentos que estão sendo fornecidos pelo programa;

estudos específicos, com a finalidade de analisar situações existentes e encontrar soluções adequadas; e

estudos com o fim de determinar influência indireta.

G. BIBLIOGRAFIA

LIVROS

Kelsey and Hearne — Cooperative Extension Work.

W. J. Timmer — Planejamento do Trabalho em Extensão Agrícola.

FOLHETOS

F. A. O. — Essai d'analyse du Bien-Être Rural.

Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas — Fundamentos de Extension Agrícola.

U. S. D. A. — Joint Committee Report on Extension Programs Policies and Goals.

Extension Looks at Program Planning

A. C. A. R. — Manual de Instruções e Circulares.

New Mexico College of A. and M. A. — The New Mexico Extension Program Planning Guide.

A. C. A. R. — Guia para Planejamento do Programa de Extensão — 1956/1957.